

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: ASPECTOS POLÍTICOS DA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL NO MEIO RURAL

Heitor Levy Ferreira Praça.
Pesquisador Colaborador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz;
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;
graduado em geografia pela Universidade Federal de Viçosa.
Endereço: Rua Belisário Távora, 555/302, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22245-070.
Email: heitorlevy@hotmail.com .
Telefones: (21) 2551-8825 / (21) 86314080

INTRODUÇÃO

Este texto consiste numa reflexão sobre o trabalho de sistematização do processo de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Pesb –, considerado como umas das primeiras experiências participativas de criação desse tipo de Unidades de Conservação (UC)ⁱ. O parque está localizado na mesorregião administrativa, denominada Zona da Mata, no Sudeste do Estado de Minas Gerais. Sua área é de quase 15 mil hectares, ocupando parcelas de oito Municípios – Ervália, Fervedouro, Sericita, Araponga, Miradouro, Pedra Bonita, Muriaé e Divino. Essa extensão envolve a cadeia montanhosa denominada Serra do Brigadeiro (Figura 1).

Esse processo de criação e implantação é definido como participativo, em decorrência, sobretudo, da revisão dos limites da área a ser conservada, a qual ocorreu a partir de mobilizações populares (organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR – de Araponga, e pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM –, ONG atuante na região) e inaugurou a participação popular no processo. A proposta inicial previa que o parque tivesse uma área de 32.500ha, mas, em funções das mobilizações, quando criado em 1996, o parque possuía uma área de 13.210ha.

A reflexão aqui proposta tem por objetivo centrar-se na transformação da cultura política da população sitiada no entorno do Pesb, a qual parece ter estreita relação com a implantação, num dado arranjo espacial, dum novo território: o Parque. Ou seja, pretende-se investigar qual a relação entre a criação participativa do Parque e a transformação da cultura política da referida população.

Assim, não nos concerne aqui qualquer questão acerca da proteção da natureza ou da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, mas tão somente a relação entre o território estabelecido e seus vizinhos. Ou, de outro ponto de vista, a relação que a

população local estabelece com seu “novo vizinho”, com ênfase nos aspectos da organização política dessa população.

Acredito, então, estar claro que o mérito deste trabalho não se encontra na apresentação de dados empíricos inéditos, mas na reflexão sobre os dados (já recolhidos e apresentadosⁱⁱ) a partir de outro referencial teórico.

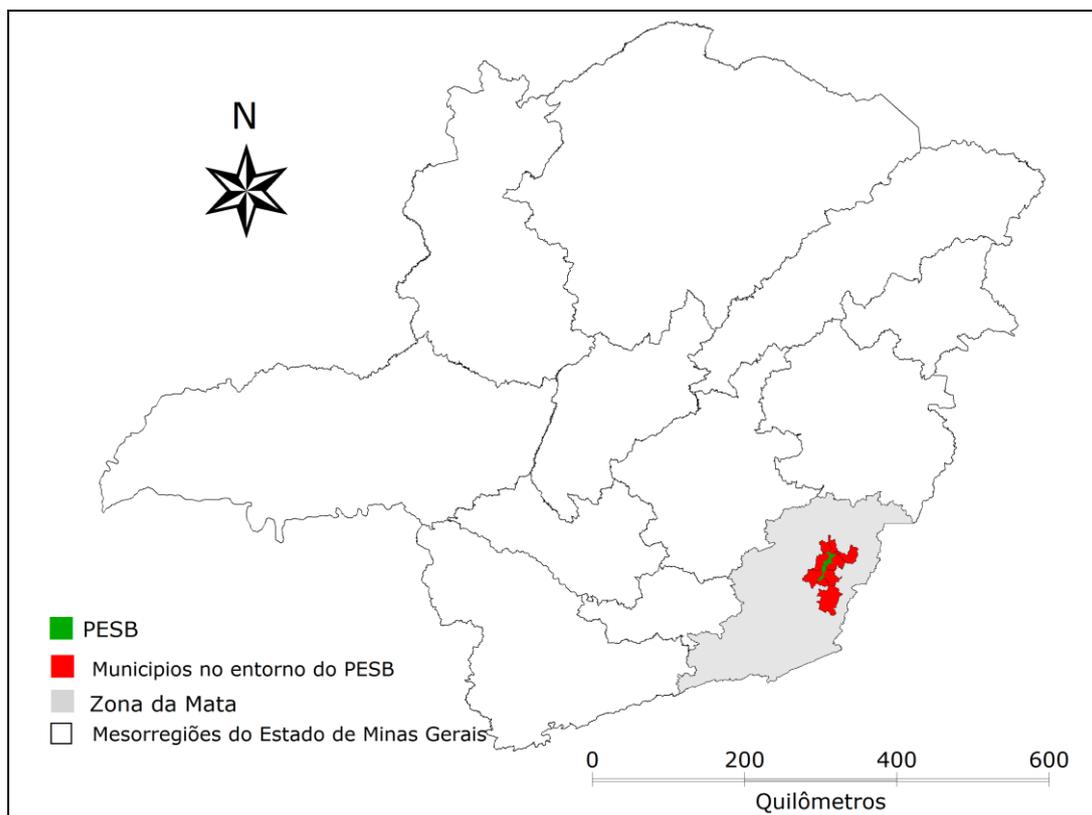


Figura 1 – Localização do PESB no Estado de Minas Gerais.

Fonte: de dados IBGE adaptados pelo autor.

Organizador??

DISPUTA TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÕES DAS PRÁTICAS CAMPONESAS

São três os conceitos principais que subsidiam a análise aqui proposta:

- o conceito de *território*, utilizado para pensar o Pesb, sua implantação e sua relação com o entorno;
- o de *camponês*, utilizado em referência às pessoas que, vivendo naquele entorno, passaram a participar da criação e implantação do Parque; e, é claro,
- o conceito de *cultura*.

Trabalho com uma concepção bastante ampla de cultura, não sendo esta, assim, considerada como mais uma das muitas esferas da vida socialⁱⁱⁱ. E, ainda, pressuponho que a cultura se produz de maneira complexa, não cabendo assertivas deterministas de qualquer natureza. Explico-me melhor.

A referência a uma concepção ampla da cultura remete-nos à clássica definição de Tylor [1970 (1871), p. 1] em que:

[...] cultura ou civilização, tomados em seu amplo sentido etnográfico, é esse todo complexo o qual inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro duma sociedade. (tradução nossa)

Contudo, há de se ressaltar a diferença entre a concepção que adotamos e a de Tylor, uma vez que esta nos serve apenas como ponto de partida.

A primeira negação à concepção de Tylor refere-se ao determinismo. Segundo Hoefle, no Evolucionismo Biossocial (escola de pensamento atribuída a Tylor), apesar de haver “[...] forte cunho determinista biológico, [...], o meio cultural que se constitui é de fundamental importância para a evolução humana” (1998, p. 11). Não relacionamos de modo algum, como Tylor, “atraso” cultural à incapacidade fisiológica, mesmo porque também não nos valem uma abordagem evolucionista^{iv} da cultura.

O determinismo biológico dos chamados “evolucionistas biossociais” e dos “neodarwinistas” (seus correspondentes contemporâneos) tampouco nos satisfazem, ou seja, são-nos impróprias a abordagem de Ratzel [1996 (1885-6)], na qual se observa a intensa valorização dos aspectos ambientais na explicação da cultura, e a substituição desse determinismo ambiental pelo determinismo social, levada a cabo pelos chamados “funcionalistas”. A abordagem marxista clássica que, em suas bases, apresenta um “[...] determinismo político e econômico no qual a cultura é apenas uma superestrutura ideológica dependente” (HOEFLE, 1998, p. 12), bem como suas derivações, também nos parecem inadequadas para o estudo da cultura.

A segunda ressalva provém da crítica de Geertz (1973) acerca da aceção ampla do conceito de cultura. Ele argumenta em favor dum “[...] conceito de cultura mais limitado, mais especializado” (GEERTZ 1973, p. 3) e, portanto, com maior poder explicativo.

Embora não concordando com Geertz acerca da limitação do conceito, reconhecemos aí a necessidade metodológica de “recortar” alguns aspectos desse todo, com o fim de estudá-los. Apesar de conceber a cultura como sendo algo muito amplo, a impossibilidade de apreensão sistemática desse todo numa única pesquisa (de caráter não-determinista) nos leva a optar por tal ou qual fenômeno, numa dada esfera da vida social. Aqui, abordar-se-ão as atividades relativas à organização social, com vistas a influenciar as políticas públicas, em especial aquelas concernentes à criação e implantação do Pesb.

A despeito dessas colocações sobre todo e qualquer determinismo, o resgate dessa crítica de Geertz pode ser mal-compreendido de maneira tal que se considere minha abordagem como tributária dum determinismo simbólico (em que os significados ou a semiótica determinam as demais esferas da vida social). Porém, também esse determinismo é refutado.

O modo pelo qual os significados se produzem socialmente é, sob o ponto de vista aqui adotado, totalmente integrado às demais esferas da vida social, da mesma forma que a indissociável integração dessas esferas todas compõe o que entendemos por cultura. Aproximamo-nos muito aqui da definição de cultura apresentada por Gregory (2004):

"Cultura" não é um termo usado para estruturas supostamente mais fundamentais – as geografias do poder político-econômico ou violência militar – porque a cultura é co-produzida com eles [...]. Cultura envolve a produção, circulação e legitimação de significados por meio de representações, práticas e performances que entram plenamente na constituição do mundo. (2004, p. 8: tradução nossa).

Acreditamos encontrar nessa definição as virtudes necessárias a uma abordagem adequada à complexidade dos fenômenos culturais de modo geral. A primeira virtude se viabiliza pelo fato de ressaltar a imbricada relação entre a produção de significados e todas as atividades coletivas humanas, ou seja, cultura é algo complexo, envolvendo práticas que, de, uma só vez, são sociais, econômicas, políticas, ecológicas e semióticas. Evita-se, assim, o determinismo e afirma-se, com isso, tanto a amplitude da noção de cultura quanto a necessidade de estudá-la a partir de recortes. A segunda virtude refere-se à possibilidade duma análise objetiva que a definição proposta por Gregory (2004) nos confere. Uma vez que a produção de significados se dê em meio a representações,

práticas e performances, a cultura deixa de ser algo etéreo e impreciso, a fim de tornar-se contextual, palpável e observável.

Diante dessa definição da cultura, da necessidade metodológica de fazer “retalhes” e da opção de “recorte” feita, surge a implicação de explicitar, ao menos em linhas gerais, o que entenderemos aqui por “cultura política”, bem como suas características no âmbito da formação da sociedade brasileira.

Para os fins aqui almejados, a cultura política deve ser tomada como resultado dum padrão de orientações cognitivas, emocionais, valorativas, e como uma forma de decodificar e interiorizar valores e normas em relação à política. Assim, a cultura política tem a ver com o modo pelo qual os regimes políticos se legitimam e como os cidadãos se posicionam nesse processo de legitimação. (BAQUERO, 2001; 2003).

De acordo com Sales (1994), temos no Brasil a “cultura política da dádiva”^v, a qual se vem construindo e consolidando desde o princípio de nossa história. Suas bases se gestaram sobre o domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, tendo sobrevivido após a abolição da escravatura, expressando-se na forma do coronelismo, e resiste até aos dias atuais. Para essa autora, nossa cultura política gera uma cidadania concebida e é retroalimentada por essa cidadania sobre a qual Sales (1994, p. 29) diz isto:

A cidadania concedida está na gênese da construção de nossa cidadania. Isso significa que os primeiros direitos civis necessários à liberdade individual – de ir e vir, de justiça, direito à propriedade, direito ao trabalho – foram outorgados ao homem livre, durante e depois da ordem escravocrata, mediante a concessão dos senhores de terras.

Em suas formas atuais, a cultura política da dádiva e a cidadania concedida se expressam na burocratização do poder, que consiste no processo de construção da identidade nacional em substituição àquela tradicionalmente baseada na lealdade local. Subsistem, então, às transformações do contexto histórico social, “[...] os mecanismos de clientelismo e patronagem, mudando, porém, a sua efetivação, pois os políticos locais de hoje são diretamente os representantes do Estado, quando antes havia a intermediação necessária do poder privado dos coronéis.” (SALES, 1994, p. 32).

Evocamos, por fim, mais uma vez, as palavras de Sales, para denotar o sobrepeso dessa cultura política no meio rural, uma vez que é nesse contexto que se insere o entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro:

Esse mecanismo é de tal forma marcante na sociedade rural que emerge da escravidão, que a qualquer pesquisador social da atualidade chama à atenção a forma como o homem pobre do campo ainda hoje se refere ao interesse dos poderosos em que eles continuem pobres como sempre foram. *A esses poderosos eles se referem, não por acaso, indistintamente, como o grande proprietário ou o político local.* Nesse sentido, a pobreza do brasileiro não é um estado que tem a ver apenas com suas condições econômicas. Ela tem a ver igualmente com sua condição de submissão política e social. (SALES, 1994, p. 32: grifo meu).

É nesse complexo formador de significados sociais e, mais especificamente, de valores e normas em relação à política que se insere o “território-parque”, contribuindo para a formação dessas importâncias, uma vez que esse é um lugar de práticas e *performances*, carregadas de representações.

Mas se todo lugar é lugar de práticas e *performances*, o que significa dar a essa porção do espaço a qualificação “território”?

A noção de território tem sido utilizada, no âmbito da Geografia, basicamente em dois sentidos: majoritariamente, para designar a apropriação coletiva duma porção do espaço, enfatizando seus aspectos físicos e materiais; e, minoritariamente, priorizando a dimensão simbólica e identitária desses processos.

Inicialmente, “os geógrafos são levados a falar de território na medida em que eles se voltam para os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado” (CLAVAL, 1999, p. 7). Contudo essa concepção foi ampliada pelo entendimento de que o poder não se restringe ao Estado e à sua ação, sendo inerente a todas as relações sociais. O território passou então a ser utilizado para denotar relações de controle e soberania espacial nas mais diversas escalas.

Noutra abordagem que enfatiza o caráter material, apontada por alguns autores como econômica (em distinção a essa primeira concepção de caráter mais político), o território é tomado como fonte de recursos e, em alguns casos, sob uma perspectiva marxista, sendo incorporado no embate entre classes sociais e na relação entre capital e

trabalho. Assim o território é a dimensão espacial dessas relações. (HAESBAERT, 2004)

A perspectiva de abordagem do espaço como fonte de recursos e, nalguns casos, incorporada à dialética do território enfatiza seu caráter de realidade “ideal”, ou seja, sua relação com a construção de símbolos e representações é muito menos usual, embora “efetivamente presente nos trabalhos dos geógrafos, desde pelo menos o período entre as duas guerras” (CLAVAL, 1999, p. 10). Muitas vezes, essa perspectiva se apresenta em oposição à configuração evidente dos territórios nacionais (realidade físico-material), enfatizando a forte relação estabelecida por sociedades (primitivas ou não) com os lugares em que vivem e os símbolos que esses lugares encarnam, desde a escala da nação até à do lugar. Sob esse ponto de vista, falar em território é ressaltar a importância do discurso na conformação de determinados comportamentos em certos espaços.

Neste trabalho, embora privilegiando essa dimensão “ideal” (informacional) do estabelecimento dum parque, não se pretende desconsiderar as relações de poder de ordem política e jurídica, nem as alterações nas possibilidades de uso (de ordem econômica), com as quais as populações locais se deparam. Mesmo porque esse conjunto de ações práticas dá visibilidade e sustentação às novas representações coletivas que se constroem, as quais são também elementos fundamentais do controle da área delimitada.

Destacam-se então as características do conceito de território que o tornam adequado à pesquisa: o controle prático sobre uma área, e o caráter comunicativo desse controle, ou seja, a mobilização do controle numa área para influenciar as ações das pessoas não só dentro da área controlada, mas, também, fora dela. Nesse caso, o “território-parque” não se limita à área protegida, mas estende-se ao seu entorno, onde uma série de comportamentos é influenciada pelo que representa o parque, ou seja, pelo discurso que o legitima.

Essa disputa simbólica é representada de modo muito sagaz por Barbosa (2005) que, em sua tese de doutorado sobre o ressurgimento étnico dos Puris na Serra do Brigadeiro, refere-se à porção do espaço sobre a qual se criou o Pesb de dois modos distintos: como “Parque” e como *Serras*. Em sua primeira nota de rodapé, o autor se explica:

Ao nos referirmos ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, utilizaremos, predominantemente, o termo “Parque”, quando tratar do aspecto institucional da Unidade de Conservação. Ao abordarmos as dimensões de relação, convívio e envolvimento cultural com a área de mata e de montanhas, utilizaremos o termo *Serras*, que é o modo como as populações do entorno a elas se referem. (BARBOSA, 1995, p. 14)

Nessa tomada de postura do autor e no desenvolvimento de seu texto, as duas concepções sobre uma mesma área ficam muito evidentes, bem como a disputa simbólica envolvida na criação da Unidade de Conservação e a determinação dos comportamentos aceitáveis segundo a ordem simbólica estabelecida.

Antes de seguir adiante, numa tentativa de caracterizar essa disputa relacionada ao território, no caso da Serra do Brigadeiro, é conveniente evocar o tipo de relação estabelecida entre técnicos do parque e moradores do entorno, que nos é relatado por Barbosa (2005, p. 41-42), com sua supracitada distinção entre “Parque” e *Serras*:

[...] parte do corpo técnico que carrega a preocupação quase exclusiva com os limites e a coesão interna da área limitada compreende a população da fronteira do “Parque” como seu *confrontante* e não como vizinha que cuida das *Serras*. Age como se a quase extinção de mata nativa primária das *Serras* não tivesse sido obra da empresa multinacional siderúrgica Belgo-Mineira, e sim, como se a população tradicional local fosse a principal responsável pela depredação das matas, ignorando e ou desprezando, voluntária ou ideologicamente, a contraditória realidade histórica dos fluxos migratórios que empurraram aquela população para que ali se instalasse e habitasse. Assim com, desconhece a implantação do sistema de regeneração ambiental e o intenso trabalho de consolidação duma sociedade sustentável, baseada na pequena produção agrícola familiar gestada, agroecologicamente, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e seus parceiros.

Fechando a tríade conceitual com que se leva a análise a cabo, apresenta-se o conceito de camponês, aqui definido segundo a relação estrutural que “essa parte” da sociedade (o campesinato) estabelece com sua “outra parte”: a cidade, o urbano, o Estado, ou seja, o centro (lugar de poder, de tomada das decisões e de estabelecimento dos padrões sociais).

Essa definição do camponês é tributária das formulações de Foster (1967) e Redfield (1965), as quais, por sua vez, apoiam-se na clássica formulação de Kroeber, que afirma serem os camponeses “[...] part-societies with part-cultures”. Seguindo esse raciocínio, temos que “[...] cada pequeno grupo camponês é parte duma nação maior, a qual

controla sua vida econômica [e] faz vigorar um código de leis vindo de cima” (FOSTER, 1967, p. 3) (traduzido aqui).

Assim definidos, os camponeses apresentam-se como “a parte” da sociedade que está subjugada aos padrões culturais da “outra parte” dessa sociedade (o Estado e suas instituições), que se localiza nos centros urbanos ou, mesmo quando localizadas no meio rural (como é o caso do Pesb), são guiadas por pessoas com padrões culturais urbanos. Foster, citando Redfield (1967, p. 11: tradução nossa), aponta para esse fato: “Essa analogia relativamente estável, estabelecida entre o camponês e a cidade é em parte moldada pelos avanços culturais da cidade e pela incorporação na vida do camponês das instituições desenvolvidas no curso desse avanço”.

Há ainda uma característica do campesinato, apontada por Foster, que me parece fundamental para o presente trabalho, a qual decorre da própria definição da sociedade camponesa como parte duma sociedade mais ampla. Tomado esse critério de definição, tem-se a seguinte situação em termos de poder, e, arriscamo-nos a dizer, em termos duma cultura política camponesa:

[...] os camponeses têm muito pouco controle sobre as condições que governam suas vidas. Ocupando, como o fazem, um nível socioeconômico muito baixo nos Estados dos quais fazem parte, eles percebem que as decisões básicas que afetam suas vidas são tomadas fora do âmbito de suas comunidades, e sempre têm sido tomadas dessa maneira. Camponeses não são apenas pobres, como tem sido freqüentemente colocado; são relativamente desprovidos de poder. Ou ao menos se vêm dessa forma [...]. (Foster, 1967, p. 8: tradução nossa).

Sem possuir um controle político efetivo sobre sua existência, os camponeses procuram por oportunidades estruturais, com o intuito de aumentar seu poder. Foster (1967) destaca, por sua alta frequência, dois mecanismos principais: o clientelismo, em que os camponeses buscam pessoas mais poderosas para serem seus intermediários na relação com o meio urbano; e as relações de compadrio^{vi}, por meio das quais os camponeses podem fortificar sua posição social tanto no âmbito de sua comunidade como no plano da sociedade, tomada de maneira mais ampla.

Apesar de esse autor considerar esses mecanismos como formas de os camponeses aumentarem o seu poder político, aqui se ressalta que, por seu caráter clientelista, não há qualquer transformação mais profunda da estruturação das relações de poder.

Esses mediadores são comumente identificados, nas análises sobre o campesinato, como os padrões ou líderes religiosos, que, de certa forma, têm inserção tanto numa quanto noutra parte, e, como se disse anteriormente, a relação estabelecida tem forte caráter clientelista.

Aqui, contudo, esses mediadores serão identificados como organizações sociais e não propriamente como pessoas, a saber: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e uma ONG, mediadores esses que, diversamente dos “tradicionalistas mediadores”, têm uma perspectiva de empoderamento popular, por meio do qual os camponeses puderam dialogar com o Estado, no caso representado pela UC e seus gestores. Assim, ao tratar da transformação da cultura política, referimo-nos àquela parcela dos agricultores que não está inserida no STR, uma vez que aqueles inseridos trazem essa cultura política de reuniões, eleições de representante etc., desde antes da criação do Pesb.^{vii}

Com base nesse referencial teórico, o quadro a ser analisado apresenta então a UC como um território desse poder central, que é o Estado-nação gerido por técnicos com padrões culturais homólogos^{viii}, procurando impor aos camponeses em questão um novo regime de normas não somente no interior da área, mas, também, fora dela. Assim, para que esses camponeses possam participar de alguma forma, da concepção e gestão da área, é necessário que se adaptem aos padrões culturais desse poder central. Por fim, para que os camponeses possam alcançar esse padrão, é necessária a contribuição das já citadas organizações mediadoras.

Cabe finalmente ressaltar estas duas ponderações:

- que não consideramos, de modo algum, que a criação da UC venha a inaugurar esse processo de transformação cultural, o qual tem início tão logo as comunidades camponesas começam a ter contato com o Estado e os centros urbanos próximos. Contudo, não restam dúvidas de que a criação desse território no seio da comunidade camponesa vem intensificar sobremaneira a transformação por meio da intensificação mesma da presença desse poder central;
- b) que não se considera o campesinato, de modo geral, como algo homogêneo, ignorando diferenças relativas à posse da terra, aos modos de produção agrícola etc. Porém, enfoca-se aqui um grupo mais ou menos homogêneo de pequenos produtores agrícolas, com poucos anos de formação escolar e, sobretudo, que se

envolveram no processo de criação da área, com o fim de evitar a desapropriação.

TÉCNICOS, CIENTISTAS, ADMINISTRADORES, SINDICALISTAS E CAMPONESES: UM PROCESSO DE APRENDIZADO

O presente texto consiste numa análise dos dados recolhidos no trabalho de sistematização do processo de criação e implantação do Pesb a partir do referencial apresentado. Essa sistematização se deu por meio do recolhimento de dados secundários, relativos ao histórico do processo, bem como do recolhimento de dados primários por meio de entrevistas realizadas com técnicos do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais, professores universitários e lideranças sindicais, por intermédio de encontros realizados com moradores em algumas das comunidades do entorno do Pesb.

A partir dum cruzamento entre as informações obtidas, chegou-se a uma proposta de texto final para o histórico de criação e implantação do parque, o qual foi ainda submetido à apreciação do maior número possível de pessoas entrevistadas, num encontro realizado na sede do Pesb. Nesse encontro, discutiram-se também os aprendizados gerados pela sistematização. Seus resultados encontram-se publicados sob a forma duma tese de doutorado e dum relatório técnico (divulgado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais – CTA-ZM)^{ix}.

Assim, as assertivas deste artigo baseiam-se nas informações constantes nesse relatório. Alguns dos fatos relatados serão destacados, de acordo com sua relevância para a temática da transformação da cultura política, e discutidos segundo o referencial já apresentado.

Os momentos-chave desse processo, para os fins aqui almejados, são assim elencados:

- o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), realizado conjuntamente pelo STR e CTA-ZM no Município de Araponga em 1993, durante o qual se tomou ciência da criação do parque e se decidiu participar desse evento;

- duas reuniões^x realizadas no ano de 1994, na sede do CTA-ZM, com o fim de esclarecer a questão da criação do parque e suas consequências, e apontar soluções para os conflitos daí oriundos;
- a audiência pública realizada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais no Município de Muriaé, também em 1994; e
- o Simpósio realizado na Universidade Federal de Viçosa, no ano 2000, a fim de contribuir para a feitura dum plano de manejo participativo.

O destacamento e agrupamento desses momentos parecem pertinentes, uma vez que, de acordo com Bonfim (2006, p. 53), neles houve a participação ativa^{xi} de representantes de moradores locais e lideranças sindicais, caracterizando-se, pois, como momentos de prática política impelida pela disputa territorial oriunda da criação e implantação do Pesb.

Interessa ressaltar, em relação aos momentos destacados, o papel fundamental exercido pelo STR de Araponga e pelo CTA-ZM, para que os moradores do entorno do Pesb se mobilizassem, configurando-se aí um passo no processo de transformação cultural.

Esse papel se confirma primeiramente no DRP de 1993^{xii}, onde se constatou que os limites do parque (da cota altimétrica de 1000m para cima) causariam a desapropriação de diversas famílias de pequenos agricultores, inviabilizando, assim, os objetivos do DRP, entre os quais o de traçar um plano de trabalho para o STR local. De acordo com Bonfim (2006, p.29), nessa ocasião muitos dos moradores questionaram “por que melhorar a terra se eles iriam perdê-la?”. A questão da desapropriação para a criação do Pesb apresentava-se tão urgente que se iniciou aí o processo de luta para a revisão dos seus limites.

Esse processo nasceu a partir do CTA-ZM e STR de Araponga, que ampliaram sua articulação, passando a contar com o apoio de outros STRs da Zona da Mata, Comissão Pastoral da Terra e professores da Universidade Federal de Viçosa. Segundo Bonfim, “[...] nesse período o CTA-ZM, os STRs e os parceiros fizeram uma ampla mobilização, com escolha de representantes das comunidades, para acompanhar todo o processo” (2006, p.30). A escolha dos representantes das comunidades supõe a ocorrência de reuniões, escolha de candidatos, votação e definição de encaminhamentos, prática política estranha à cultura camponesa, ao menos na escala da vida cotidiana.

Assim, para o morador ou moradora do entorno que não participa do STR, a organização social para a disputa dum território conhecido, o Pesb, configura-se numa transformação da cultura política. Os moradores, apoiados pelo CTA-ZM e STR, experimentam uma organização política formal, com princípios tais como os da organização política do Estado nacional.

Vale destacar, embora fora da cronologia, que em função dessa mobilização dos moradores da Serra do Brigadeiro, quando o parque foi criado em 1996, sua área havia sido reduzida de 32.500ha para 13.200ha, e as desapropriações não se faziam então necessárias.

Esses emissários das comunidades rurais participaram do segundo momento aqui destacado: as duas reuniões realizadas em junho e setembro de 1994, na sede do CTA-ZM. Nessas reuniões, os representantes escolhidos tomaram parte num debate entre vários dos agentes sociais atuantes na área de abrangência do Pesb e entorno, dentre eles diversos representantes do poder público na figura dos dirigentes do IEF-MG.

De acordo Bonfim (que se baseia em documentos do CTA-ZM), a reunião de junho de 1994

[...] foi uma primeira oportunidade para os demais participantes colocarem para o IEF-MG suas compreensões, expectativas e preocupações relacionadas a questões como: a cota de 1.000m; [...]; o uso dos recursos florestais e naturais; a ausência, quase completa, de participação na condução do processo (BONFIM, 2006, p 30-31).

Como parte dos encaminhamentos dessa reunião, criou-se uma comissão para a elaboração dum relatório socioeconômico relativo à população direta e indiretamente afetada pela criação do parque e instituiu-se um grupo de trabalho que funcionava como uma espécie de conselho consultivo, e acabou por tornar-se o primeiro movimento para a formação do conselho consultivo posteriormente instituído^{xiii}.

Embora essas duas iniciativas tenham visado a ampliar a participação social no processo, não há informações sobre a participação de representantes de moradores do entorno, senão aqueles dos STRs de cada um dos Municípios. Contudo, para a realização do levantamento socioeconômico foram segundo Ferreira Neto et. al. (1998), “[...], realizadas 22 reuniões, envolvendo 632 moradores(as) distribuídos em 54

comunidades” (BONFIM, 2006, p.31), o que, em certa medida, coloca os residentes locais como participantes.

A reunião subsequente, realizada em setembro de 1994, teve por objetivo dar continuidade aos trabalhos tanto da comissão quanto do grupo de trabalho. Assim, dela participaram apenas os representantes das instituições componentes dos dois coletivos. Uma vez excluídos os representantes diretos das comunidades de entorno, essa reunião é menos relevante para os fins deste artigo.

O terceiro momento destacado tem caráter um pouco diferente dos demais por se tratar duma reunião de ampla participação, realizada por determinação judicial, e de acordo com os parâmetros legais. Nessa audiência pública, realizada em Muriaé, Município em parte abrangido pela área do parque, a questão da criação do Pesb foi colocada na pauta de discussões por pressão de lideranças dos STRs e moradores das comunidades rurais.

[...] todas as informações levantadas foram apresentadas, com o objetivo de informar sobre o que vinha acontecendo e comprometer o poder público na luta para evitar a expulsão do(a)s agricultores(as) [...]. A partir daí, as informações tornaram-se mais acessíveis, mas sempre transcorrendo sob muita pressão social, para garantir a participação (BONFIM, 2006, p. 32).

Assim, mais uma vez impelidos pela ameaça de desapropriação suscitada pelo estabelecimento do Pesb, as organizações dos trabalhadores rurais, bem como eles mesmos, estiveram mobilizados e participaram dum momento da vida política pública, da cidadania, nos moldes das convenções do Estado nacional.

Volta-nos à mente a já referida assertiva de Redfield, que diz ser a relação entre camponês e cidade formada, em parte, pelos avanços culturais da cidade e pela incorporação das instituições desenvolvidas no curso desse avanço na vida dos camponeses (apud FOSTER, 1967, p. 11).

O quarto e último momento que vamos analisar é o simpósio. Nesse evento, ficou também evidente a necessidade da atuação de intermediários, para que os moradores das comunidades de entorno tomassem parte na disputa territorial. Esse simpósio foi resultado duma iniciativa do CTA-ZM que, num esforço conjunto com o IEF-MG e a Universidade Federal de Viçosa, conseguiram realizá-lo. O evento

[...] reuniu 129 participantes entre organizações governamentais [...] e da sociedade civil (ONGs, STRs, agências de cooperação internacionais, representantes das comunidades rurais do entorno). [...] [E] representou simultaneamente: a oportunidade de troca de experiências; o confronto de ideais e ideais; [...]; a diversidade de visões e interesses sobre o mesmo processo; [...]; uma mudança de postura e um amadurecimento das organizações que saíram do embate direto para o campo do diálogo (BONFIM, 2006, p. 35-36).

O simpósio se apresentou então como mais um momento de prática política em que representantes das comunidades estiveram frente a frente com o poder público e autoridades acadêmicas, num espaço formal de debate, discutindo os rumos da gestão do território criado.

Mas, além disso, essa ocasião se revelou também como um momento no qual os moradores das comunidades demonstraram certo grau de apropriação da prática política formal, uma vez que durante o simpósio houve uma alteração em sua metodologia, em função da mobilização dos representantes das comunidades rurais. Daí, a importância de se destacar esse momento em especial.

Esta alteração metodológica está assim descrita nos anais do simpósio:

Na noite do segundo para o terceiro dia, a comissão organizadora resolveu ajustar a metodologia devido à solicitação dos moradores do Entorno do Pesb. Esses participantes [...] afirmaram que “o discurso técnico estava tomando conta dos grupos”, que as comunidades presentes não estavam se sentindo ouvidas, e que não visualizavam seus principais interesses na produção dos grupos. Ficou, portanto, decidido que os grupos discutiriam diretrizes em subgrupos por segmento [...], para que posições emergissem e possibilitassem o debate. (CONTRIBUIÇÕES..., 2000, p. 11-12)

A despeito da eficiência desse simpósio (em termos de haver contribuído efetivamente para a formulação do plano de manejo), ele parece se apresentar como um importante marco nesse processo de transformação da cultura política dos camponeses residentes nas comunidades rurais do entorno do Pesb.

Certamente, depois desse evento, houve outros momentos que poderiam ser destacados para os fins aqui estudados, mas acredita-se que esses quatro já analisados sejam suficientes para que cheguemos a algumas conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir diante da análise realizada requer que se estabeleçam os limites das causalidades identificadas, posto que, como já colocado, a transformação cultural dos camponeses residentes no entorno do PESB tenham causas diversas, ligadas a eventos também distintos, no tempo e no espaço.

A transformação da cultura política dessa população tem, assim, grande parte de seu curso guiado pela formação dos STRs locais e estes, por sua vez, são tributários do trabalho de formação realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB)^{xiv}.

A influência das CEBs para a formação dos STRs corrobora a tese, já apresentada, acerca da importância dos intermediários entre as comunidades rurais e a “outra-parte” da sociedade.

Os STRs, tidos aqui como esses intermediários entre os moradores do entorno, o poder público e os acadêmicos, são, assim, mediadores constituídos por meio doutros mediadores. O papel de mediação exercido pelo CTA-ZM parece já suficientemente justificado pelos relatos feitos no decurso deste trabalho.

Com isso, não se pode dizer que a implantação do Pesb seja a causa dessa transformação, sobretudo para aqueles camponeses já ligados às CEBs e STRs, e, sim, mais uma oportunidade para que esse aprendizado político fosse levado a cabo.

Contudo, pode-se supor que, para alguns, os eventos decorrentes da criação e implantação do Pesb tenham sido realmente uma primeira oportunidade de participação na vida política organizada.

Mesmo para aqueles moradores do entorno da Serra do Brigadeiro que já vinham atuando politicamente nos STR's e CEB's, encontra-se em Barbosa (2005, p.42), referência à criação do PESB como importante momento no processo de transformação da cultura política:

Essa capacidade, em processo, de intervenção nas políticas públicas recebeu, de acordo referêcia anterior e de acordo também com depoimentos dos próprios sindicalistas, um significativo aporte durante o tenso processo de criação do “Parque” na região, que desde finais dos anos 1970 ameaçava expulsar muitas famílias das proximidades das *Serras*, mas que se reverteu num processo participativo que conduziu à criação do “Parque” em 1996 sem que houvesse desapropriação de pequenos produtores rurais, como já dito, uma plataforma do sindicalismo local de trabalhador@s rurais.

Nesse sentido, outra conclusão a que se chega refere-se à transformação da cultura política. Essa transformação teve início no DRP de 1993, onde ocorreu a identificação da criação do Pesb e surgiu a motivação da organização para a disputa territorial.

Dali passou pelas duas reuniões e pela audiência pública, onde houve certo amadurecimento do aprendizado da prática política, e culminou com o simpósio, em que os moradores do entorno demonstram haver-se apropriado dessa forma de organização o suficiente para intervir e modificar os padrões de realização dessa mesma prática, inicialmente estranha ao seu dia a dia.

Como bem colocou Barbosa (2005, p.107), “[...] tal criação, a do ‘Parque’, [...], foi precedida por um amplo, tenso e conflituoso processo de negociações entre instituições envolvidas e a população, caracterizando um intenso momento educativo”. Se de fato assim se tiver sucedido, houve e continua havendo uma transformação cultural daí oriunda, não apenas em relação aos aspectos aqui abordados, mas, também, a todos os demais aspectos constitutivos da cultura.

Afinal, o que pode ser mais transformador, em termos culturais, do que “um intenso momento educativo”?

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em perspectiva**, 15 (4): 98-104. 2001.

_____. Construindo outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: **Revista de sociologia e política**, 21: 83-108. 2003.

BARBOSA, W. **Cultura Puri e educação popular em Araponga, MG**: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. 2005. 234f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

BONFIM, V. R. **Sistematização Participativa da Experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM, 2006. 85p. Relatório Final.

BRASIL. **Lei no 9.985**, 18 jul. 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **GEOgraphia**. Niterói: Eduff. n. 2, 1999. p. 7-26.

CONTRIBUIÇÕES para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno: **Anais...**, Viçosa, 10 a 14 de julho de 2000. Viçosa: UFV, 2000. 141p.

FOSTER, G. What is a peasant? In: POTTER, J.M. et al. **Peasant Society: a reader**. Boston, Little Brown, 1967, pp. 2-14.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT. 1989 (1973).

GREGORY, D. **The Colonial Present**. Oxford: Blackwell. 2004. p. 1-29.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.19-98, 133-141.

HOEFLE, S. W. Cultura na história do pensamento científico. **Revista da Pós-Graduação em Geografia**. Rio de Janeiro: UFRJ, N° 2, 1998. p. 6-29.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: **Etnoconservação**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000. p.183-223.

RATZEL, F. Le sol, la société et l'état. In: **L'année sociologique**, No 3. 1898-99. p.1-14.

REDFIELD, R. Peasant Society and Culture. In: **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago, The University of Chicago Press, 1965. pp. 40-79.

SALES, T. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 26-37, 1994.

TYLOR, E. The Science of Culture. In: **Primitive Culture**. New York: Cooper Square. 1970 (1871).

RESUMO

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: ASPECTOS POLÍTICOS DA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL NO MEIO RURAL

A maior parte dos estudos de áreas de proteção da natureza sob o enfoque territorial tem se voltado para os conflitos oriundos do deslocamento das populações locais e/ou as restrições a que essas populações são submetidas em relação ao uso da área. O presente artigo, contudo, volta-se para as transformações na cultura política duma população rural não deslocada e participante, ressaltando a importância de algumas instituições nesse processo, tais como, ONGs e Sindicato de Trabalhadores Rurais. Assim, procura-se analisar qual a relação entre a transformação cultural dessa população e o estabelecimento do território-parque, com suas normas e lógica específicas e estranhas à referida população.

Palavras-chave: Território. Cultura política. Camponês.

ABSTRACT

NATIONAL PARKS AS TERRITORY AND AS TERRITORIALIZATION: POLITICAL ASPECTS OF THE CULTURAL CHANGING IN THE COUNTRYSIDE

Most of the studies on natural protected areas under the territorial approach has been turned to the conflicts caused by the local population displacement and/or to the restrictions on the area use suffered by these populations. This paper, however, is turned to the changing on the political culture of a non-displaced and participant rural population, remarking the role of some institutions, such as NGO's and Rural Workers Union, in this process. Thus, we seek for analyze what is the relationship between this population cultural change and the State Park creation, with its specific rules and logics.

Keywords: Territory. Political culture. Peasant.

NOTAS

ⁱ As UCs são as áreas destinadas à conservação da natureza; no Brasil, a legislação pertinente as divide em dois grandes grupos, tendo como critério as possibilidades de uso dos recursos: as UCs de proteção integral (na qual se inclui a categoria parque); e as de uso sustentável, sendo o uso direto dos recursos naturais permitido somente nas deste último grupo.

ⁱⁱ Os dados estão disponíveis no CTA-ZM, em Viçosa-MG, sob a forma de relatório da sistematização do processo de criação e implantação do Pesb.

ⁱⁱⁱ Refiro-me aqui às “dimensões da sustentabilidade na ecologia política” apresentadas por Hoefle (1998, p.24). São elas: ecológica, econômica, política, social, e cultural. Contudo, entendendo a *cultura* como o complexo conjunto dessas esferas, e não como uma esfera dentre as outras, cabe suprimir (ou talvez substituir pela dimensão “semiótica”) a dimensão “cultural”.

^{iv} Refiro-me aqui ao Evolucionismo enquanto corrente de pensamento (tal como o já referido “evolucionismo biossocial”, “evolucionismo marxista” etc.), que aborda a cultura de modo teleológico; e não à evolução como simples sucessão de estados, sem que haja um sentido a ser seguido.

^v “Se tivesse de definir em poucas e curtas palavras o significado desse enunciado, diria que no nosso país ou bem se manda ou bem se pede. Está no simples conteúdo desses dois verbos o significado mais profundo de nossa cultura política do mando e da subserviência.” (SALES, 1994, p.27).

^{vi} Foster utiliza o termo *fictive kinship*, algo como relações de parentesco fictícias, que me permito traduzir, levando em conta a realidade rural brasileira, como as relações de compadrio.

^{vii} A conformação do STR, contudo, não foi uma iniciativa livre da mediação de intermediários, tendo contado com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base, como bem demonstra Barbosa (2005).

^{viii} Em geral, trata-se, talvez, paradoxalmente, não apenas de especialistas com tendências biocêntricas (inferindo sobre a conservação), como dum corpo técnico administrativo que “valoriza e recompensa tendências urbanas, industriais, de alta tecnologia controlada por homens, quantificadores e preocupados com bens, necessidades e interesses dos ricos” (PIMBERT; PRETTY, 2000, p.191).

^{ix} Cabe dizer que fiz parte desse trabalho de sistematização participativa como estagiário lotado no CTA-ZM e financiado por uma bolsa de extensão universitária, concedida pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa, durante todo o ano de 2005. O projeto findou-se somente em meados de 2006.

^x Com a participação de “representantes das comunidades rurais da Serra do Brigadeiro; STRs [...]; Fetaemg; CPT; pesquisadores [...]; CTA-ZM; representantes de deputados estaduais; (...) do IEF-MG e Prefeitura Municipal de Miradouro” (BONFIM, 2006, p.30).

^{xi} A participação ativa é, segundo Bonfim (2006), com base nos tipos de participação de Pimbert e Pretty (2000): tomar parte em análises conjuntas que conduzam a planos de ação e fortalecimento de suas organizações; e/ou tomada do controle das decisões por uma parcela dos participantes, bem como apropriação da dinâmica do processo por esses.

^{xii} O relatório desse DRP encontra-se disponível no CTA-ZM, em Viçosa-MG.

^{xiii} De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, legislação pertinente, em seu vigésimo nono artigo, “[...] cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá dum Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras [...], das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (BRASIL, 2000).

^{xiv} “Foi com a CEB que vários grupos de agricultor@s da região aprenderam a fazer reuniões e passaram a discutir de forma organizada seus problemas. As CEBs possibilitaram às pessoas falarem abertamente. As questões cotidianas eram discutidas à luz do evangelho, buscando fazer uma ligação entre a fé, a vida e a política, problematizando as relações de poder existentes.” (BARBOSA, 2005, p.95)